I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA I

EUDES VITOR BEZERRA

TAIS MALLMANN RAMOS

PAULO JOVINIANO ALVARES DOS PRAZERES

Copyright © 2020 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI
Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo
Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)
Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará
Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM– Distrito Federal
Relações Internacionais para o Continente Americano
Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goías
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM – Rio Grande do Sul) Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

P472

Pesquisa e educação jurídica [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres; Tais Ramos; Eudes Vitor Bezerra – Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-116-6
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Constituição, cidades e crise

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Pesquisa. 3. Educação jurídica. I Encontro Virtual do CONPEDI (1. : 2020 : Florianópolis, SC, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil

I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA I

Apresentação

O Grupo de Trabalho de PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA I realizou as apresentações que sintetizaram um debate com aspectos importantes e relevantes sobre temas atuais e interdisciplinares que permeiam a seara da pesquisa e do ensino jurídico.

Foram apresentadas pesquisas sobre a tríade ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido foi abordada a necessária mudança estrutural do ensino jurídico brasileiro sob a ótica da extensão acadêmica e a atuação e importância dos Núcleos de Prática Jurídica no fortalecimento do aprendizado.

Destaque se deu para o grupo que trouxe respostas de como desenvolver uma pesquisa inovadora no Direito, como explicitar a pesquisa, onde e como publicar a pesquisa e quais os critérios de avaliação da pesquisa.

Ainda, foram tratados de temas interessantes como o aprendizado democrático através do movimento escoteiro e o emprego do Voyant Tools na mineração de textos em pesquisa jurídica empírica.

Cabe ressaltar que o Direito, Arte e Literatura e Direitos Humanos se fizeram presentes em relação ao ensino e pesquisa jurídica nas apresentações dos trabalhos.

Essas temáticas propiciaram discussões e provocaram reflexões que confirmaram ideias e olhares novos sobre a produção científica, o impacto social e econômico da pesquisa e o ensino jurídico.

Tais Ramos – Mackenzie

Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres - UNICAP

A NECESSÁRIA MUDANÇA ESTRUTURAL DO ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO SOBRE A ÓTICA DA IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO ACADÊMICA

Rafaela Teixeira Sena Daibes Resque[1]
Giovanna Gama Conte

Resumo

INTRODUÇÃO: O Projeto de Extensão Ilhas Legais, o que integra o Núcleo de Inovação e Empreendorismo Junior (NIEJ) do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), foi criado em 2012, totalizando cerca de 80 participantes até o presente momento, possui o objetivo de promover o acesso a direitos e garantias constitucionais a comunidades tradicionais, além da prestação de consultoria jurídica em conjunto com atuação voluntária de alunos universitários às localidades que vivem à margem social, compartilhando o conhecimento adquirido em sala de aula, os quais envolvem os cursos de Direito, Administração, Engenharia de Produção e Publicidade e Propaganda, possibilitando, assim, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, princípio constitucional e basilar das universidades.

PROBLEMA DE PESQUISA: A pesquisa pretende criticar a estrutura acadêmica do ensino jurídico brasileiro, a extensão no curso de Direito aliada a dinâmica crítica do cenário atual de uma comunidade tradicional, chamada Espirito Santa do Itá, atendida pelo Projeto. A ideia é tratar, de modo amplo, a análise, reflexão e crítica sobre a trajetória de ensino do curso de Direito, de modo que vislumbre a importância do acadêmico em desenvolver habilidades extensivas, entender temas relacionados ao estudo prático de comunidades locais e aos direitos violados que possam vir a ser discutidos pela ótica majoritária.

OBJETIVO: Buscar, a priori, a compreensão sobre a importância da mudança tradicional do ensino nas faculdades do curso de Direito. Em outras palavras, o mesmo conceito de aulas teóricas em sala e métodos avaliativos são encontrados no ensino brasileiro, por conta da clara influência de Portugal até o contexto atual. Desse modo, é possível dizer que o ensino continua similar aquele estabelecido no século XIX, adquirindo novas estratégias, mas não suficientes para mudar o modelo. Os projetos universitários, ao estarem presentes em realidades como essa, possuem relevância considerável no impacto social, pois conseguem ser a ponte de encontro entre a comunidade e o direito, permitindo, assim, o acesso à garantia do que indivíduo que a necessita.

MÉTODO: Inserção da relevância dos projetos de extensão no decurso da faculdade, principalmente no curso de Direito, pois dinamizam a aula teórica ao viver a prática do que é ensinado. Ao presenciar experiências em outros contextos, o aluno não somente potencializa

[1] Orientador(a) do trabalho/resumo científico

os conteúdos ministrados, como consegue estabelecer relações interpessoais de modo mais profissional, entende a realidade de outros indivíduos, saindo da zona de conforto ao ter que se posicionar diante de situações problema. A ideia é atuar no ponto de necessidade daquela comunidade em específico. A extensão é um canal eficaz quando se fala sobre atuação em diversas áreas. O ponto chave é expandir a capacidade do aluno, ao compreender bem a matéria, ensinar e estar no risco como se profissional fosse realizando impacto social positivo. Essa perspectiva, em momento algum, deve ser vista como precoce, mas, sim, como vetor de desenvolvimento pessoal, humano e profissional ao aluno que decide experimentar experiências diferentes do comum.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Por de meio da experiência de extensão acadêmica e vivência do Projeto Ilhas Legais realizando o auxílio a comunidade Espirito Santo do Itá no tempo de atuação, observou-se, após os métodos de procedimento, o acesso a direitos fundamentais, acesso à justiça, acesso à informação, assim como ao desenvolvimento econômico, social e jurídico, uma vez que a comunidade compreendeu que o conhecimento levado era de suma relevância para o seu desenvolvimento.

Portanto, a atuação do Projeto fora de suma importância para que houvesse o aprimoramento da comunidade e também dos alunos que puderam vislumbrar a realidade local. Dessa forma, deu-se como finalizada a partir do momento em que a comunidade usufruía do que era seu por direito e por poder buscar pelo que fosse necessário, sem mais o auxílio do Projeto. Ainda sobre os impactos gerados, houve a alteração do Estatuto para Associação Quilombola de Espírito Santo do Itá (AQESI), o qual reconhece-os como descendentes de quilombo, como forma de autoidentificação negra de descendência de escravos de quilombos.

Nesse sentido, é possível analisar que os projetos de extensão possuem grande relevância no desenvolvimento do aluno que se propõe a viver experiências diversas do padrão comum da teoria ministrada em sala de aula, promovendo desempenho pessoal, profissional e coletivo. Não somente isso, o impacto social gerado pelo acadêmico na realidade local é altamente positivo, pois a atuação trata sobre pessoas, direitos negligenciados, contextos que o Poder Público não alcançou, mas que o estudante, com um grupo ou projeto, pôde gerar a solução de um problema comunitário.

E, ainda, a estrutura do ensino jurídico brasileiro deveria aprimorar esse âmbito, como obrigatório e fundamental para uma nova experiência acadêmica e de desenvolvimento progressivo ao discente e docente, podendo, então, potencializar habilidades que somente a extensão proporciona.

Palavras-chave: Extensão acadêmica, Projetos de Extensão, Ensino Jurídico

Referências

LEAL JUNIOR, Flávio da Silva. RELATO DE EXTENSÃO DO PROJETO ILHAS LEGAIS: A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO PARA O ENSINO SUPERIOR. 2018. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Direito – Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Belém, 2018.